



RELATÓRIO DE RESULTADOS DO EXERCÍCIO DE 2023

RELATÓRIO ANUAL DE 2023

Considerando o Plano de Educação Municipal, Lei Municipal nº 2.472/2015, este Relatório visa apresentar as Ações Realizadas para o cumprimento das Metas no exercício de 2023.

META 1 - EDUCAÇÃO INFANTIL

Universalizar, até 2016, a educação infantil na pré-escola para as crianças de 4 (quatro) a 5 (cinco) anos de idade e ampliar a oferta de educação infantil em creches de forma a atender, no mínimo, 50% (cinquenta por cento) das crianças de até 3 (três) anos até o final da vigência deste PNE.

ESTRATÉGIAS

1.1: Implementar campanhas informativas de matrículas para a faixa etária. 1.2 : Sensibilizar e efetivar a obrigatoriedade do ensino a partir de 4 anos. 1.3 Avaliar a educação infantil com base em indicadores municipais e nacionais, com o objetivo de garantir qualidade na infraestrutura física, no quadro pessoal, garantindo auxiliares capacitados como apoio aos docentes e nos recursos pedagógicos e de acessibilidade empregados na creche e na pré-escola, garantindo bem-estar profissional e discente, com ensino de qualidade. 1.4 : IV- Oferta de matrículas em creches e pré-escolas municipais, visando atender e atingir a meta 01 quando trata 100% das crianças na faixa etária específica nas pré-escolas e 50% das crianças na respectiva faixa etária nas creches 1.5 : V- Fomento da formação inicial e continuada dos profissionais do magistério para a educação infantil, especificando os profissionais com perfil garantindo uma educação infantil de qualidade 1.6 : Fomento do atendimento das crianças da educação infantil do campo no campo, limitando a nucleação de escolas e o deslocamento das crianças, de forma a atender as especificidades das comunidades do campo; facilitando através desta intenção. a vida cotidiana das crianças onde poderão trazer para a escola sem desgaste físico, emocional e cognitivo, o gosto pelo

estudo, o prazer de ser aluno com o despertar para a aprendizagem 1.7 : Fomento ao acesso à creche e à pré-escola e a oferta do atendimento educacional especializado complementar aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a transversalidade da educação especial na educação infantil; atendendo a este nível de ensino com o quantitativo satisfatório na rede, de 1.8 : Estimular o acesso à educação infantil integral em tempo integral, para todas as crianças de 0 (zero) a 05 (cinco) anos, conforme estabelecido nas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Educação Infantil.

AÇÕES REALIZADAS

- ✓ Confecção e fixação de faixas para cada Unidade Escolar, comunicação no último encontro família-escola, anúncio em carro de som, informação em rádios locais, busca ativa realizada pela equipe escolar dentro do bairro de localização, referente ao período de matrícula;
- ✓ Oferta de matrícula para Educação Infantil em escolas de diferentes bairros da cidade, incentivando os responsáveis quanto à matrícula das crianças na faixa etária de 4 anos;
- ✓ Contratação de acordo com seleção simplificada de profissionais para atuar em tal etapa de ensino: professores formados como regentes de sala, bem como para auxiliares de sala;
- ✓ Reforma/adequação de prédios para oferta de matrícula de crianças em idade de creche, a fim de atender as necessidades da criança em idade de creche e um melhor ambiente para o desenvolvimento das atividades;
- ✓ Acompanhamento do Programa Criança Alfabetizada. Proposta de formações mensais e Monitoramento por parte dos coordenadores pedagógicos;
- ✓ Licitação para locação de ônibus com recursos do FUNDEB e Salário- Educação, a fim de atender todos estudantes da Rede Municipal de Educação que residam distante da Unidade Escolar;



- ✓ O Município segue o currículo de Pernambuco, porém realizamos encontros que propõe adaptação com a participação dos profissionais desta etapa, um organizador curricular, onde propomos as vivências e construções coletivas e individuais, levando em consideração as especificidades e necessidades de cada turma;
- ✓ Alimentação escolar de ótima qualidade e acompanhada por Nutricionista;
- ✓ Realização do mapeamento de criança atípica pela Secretaria de Saúde com a Diretoria de Apoio Social e Educacional;
- ✓ Realização do Plantão pedagógico ao final de cada bimestre nas Unidades Escolares, em cumprimento ao calendário letivo;
- ✓ Realização de projetos de leitura em sala de aula, incentivada através de contação e rodas de histórias, varal literário, teatros, recontos, cantinho da leitura, etc.

META 2 – ENSINO FUNDAMENTAL

Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos e garantir que pelo menos 95% (noventa e cinco por cento) dos alunos concluam essa etapa na idade recomendada, até o último ano de vigência deste PNE.

ESTRATÉGIAS

2.1 : Ofertar matrículas em creches e pré-escolas municipais, visando atender e atingir a meta O 1 quando trata 100% (cem por cento) das crianças na faixa etária específica nas pré-escolas e 50% (cinquenta por cento) das crianças na respectiva faixa etária nas creches

2.2 : Fomentar o acesso à creche e à pré-escola e a oferta do atendimento educacional especializado complementar aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a transversalidade da educação especial na educação infantil; atendendo a este nível de ensino com o quantitativo satisfatório na rede

2.3 : Disponibilizada pelo município com a intenção de desenvolver nestes alunos atividades educativas especiais realizando desta forma a inclusão com qualidade;

AÇÕES REALIZADAS

- ✓ Estruturação no ano 2021 do Programa Criança Alfabetizada com a equipe formada em 2020, dando continuidade as atividades e formação ao corpo docente;
- ✓ Reformulação nas escolas da rede municipal de ensino dos PPPs, e adequação dos Regimentos escolares;
- ✓ Realização de licitação para locação de ônibus com recursos do FUNDEB e Salário-Educação, a fim de atender todos estudantes da Rede Municipal de Educação que residam distante da Unidade Escolar;
- ✓ Realização de formação continuada dos professores foram realizada pela equipe da Secretaria Municipal, especificamente, pelo Educação pelo Departamento Pedagógico;
- ✓ Adesão do Currículo de Pernambuco, ondeo mesmo traz conteúdos que tratam de temáticas afro indígenas, de acordo com as leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, possibilitando uma visão de mundo ampliada dos estudantes;
- ✓ Os mecanismos avaliativos após o período pandêmico foi realizado pela equipe do Departamento pedagógico, orientando os coordenadores pedagógicos, a repassarem orientações didático-metodológicas aos professores, onde realizaram avaliações diagnósticas e de fluência e atividades escritas, de acordo com os níveis de alfabetização das turmas em cada Unidade Escolar;
- ✓ É assegurado o cumprimento dos 200 dias letivos atodos os estudantes da Rede municipal de Ensino;
- ✓ Estamos com o Programa BUSCA ATIVA ESCOLAR, que tem como objetivo combater a evasão escolar;
- ✓ Aquisição de materiais didático pedagógicos, para dirimir o baixo índice de aprendizagem;



- ✓ Ampliada a tecnologia nas escolas com a implantação da Plataforma da Educação do Município de São Lourenço de Mata (PLEMUS), onde foram adquiridos notebooks para uso administrativo-pedagógico netbooks, para registros planejamentos pedagógicos, registros das aulas, notas e frequências;
- ✓ Adesão a esses programas de avaliação do Governo Federal e Estadual, para realizações das provas externas;
- ✓ Garantia o acesso à creche e à pré-escola e a oferta do atendimento educacional especializado.
- ✓ Intensificação a oferta aos educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, assegurando a transversalidade da educação especial na educação infantil; atendendo a este nível de ensino com o quantitativo satisfatório na rede.
- ✓ Realização de formação continuada aos professores que acompanham os educandos com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades.

META 4

Promover o desenvolvimento integral de crianças de 0 (zero) a 5 (cinco) anos de idade atendidas nas creches, Centros Municipais de Educação Infantil a partir da homologação deste PME.

ESTRATÉGIAS

4.1: Garantir de um currículo de acordo com as Diretrizes Nacionais do Currículo para a Educação Infantil, desde que haja garantia no atendimento das crianças e efetivação dos serviços;

4.2: Articular as secretarias de Saúde, Assistência Social e Educação, com respeito ao atendimento das crianças e suas respectivas famílias nos CRAS, CREAS, postos de



saúde e todos os serviços disponíveis nestas secretarias;

4.3: Garantir cardápio diferenciado atendendo as necessidades da primeira infância O (zero) a 05 (cinco) anos de idade e de programas de suplementação vitamínica para o enriquecimento da alimentação; -

4.4: Articular com os responsáveis (família), para o acompanhamento da evolução das crianças nos aspectos biopsicossociais –

AÇÕES REALIZADAS

- ✓ Articulação de parceria com a Secretaria de Assistência Social e a Secretaria de Saúde, para articular as ações necessárias, visando uma Educação Inclusiva;
- ✓ Aquisição de materiais didáticos pedagógicos, para diminuir o baixo índice de aprendizagem;
- ✓ Realização de licitação para locação de ônibus com recursos do FUNDEB e Salário- Educação, a fim de atender todos os estudantes da Rede Municipal de Educação que residam distante da Unidade Escolar;
- ✓ Adesão a esses programas de avaliação do Governo Federal e Estadual, para realizações das provas externas;

META 5

Universalizar o ensino fundamental de 9 (nove) anos para toda a população de 6 (seis) a 14 (quatorze) anos. 100.00%.

ESTRATÉGIAS



- 5.1: Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso e da permanência na escola por parte dos beneficiários de programas de transferência de renda, identificando motivos de ausência e baixa frequência e garantir, em regime de colaboração com as diversas Secretarias municipais, Conselho Tutelar e demais Conselhos, a frequência e o apoio á aprendizagem; -
- 5.2: Promover a busca ativa de crianças fora da escola, em parcerias Inter setoriais com a Secretaria de Assistência Social, Secretaria de Saúde e outros órgãos municipais, estaduais e/ou federais; -
- 5.3: Adquirir e implantar tecnologias que auxiliem o trabalho técnico/pedagógico para que as informações da escola estejam interligadas a Secretaria Municipal de Educação fornecendo informações rápidas e precisas a toda comunidade escolar e órgão oficiais; -
- 5.4: Estimular a oferta do ensino fundamental para a população do campo em escolas no campo; -
- 5.5: Organizar o trabalho pedagógico, incluindo adequação do calendário escolar de acordo com a realidade da zona urbana e do campo. -
- 5.6: Oferecer atividades extracurriculares de incentivo aos estudantes e de estímulo as habilidades dos educandos da rede municipal de ensino, inclusive em concursos municipais, estaduais e nacionais; -
- 5.7: Universalizar o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e aumentar a relação computadores/estudantes na educação básica, promovendo a formação do professor e a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação, em regime de colaboração com o Estado de Pernambuco e a União, e/ou com recursos municipais; -
- 5.8: Construir, reformar e/ou ampliar as creches e escolas públicas municipais urbanas e do campo; -
- 5.9: Construir ou reformar das bibliotecas escolares com renovação do seu acervo e contratação de pessoal habilitado para atender os alunos.
- 5.10 : Adquirir equipamentos, mobiliários e materiais de apoio didático-pedagógico para as creches e escolas públicas municipais; -
- 5.11 : Garantir de um currículo de acordo com a base nacional comum do currículo para o ensino fundamental; -
- 5.12 : Incentivar as escolas públicas e particulares municipais, em relação às instituições

e movimentos culturais, a fim de garantir a oferta regular de atividades culturais para a livre fruição dos (as) alunos (as) dentro e fora dos espaços escolares, e a oferta de transporte para a participação nessas atividades, assegurando ainda que as escolas se tomem polos de criação e difusão cultural;

5.13: Incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias; -

5.14: Implantar laboratório de ciências naturais e exatas nas unidades escolares que oferecem os anos finais do Ensino Fundamental.

AÇÕES REALIZADAS

- ✓ Realização de formações continuadas apoiadas pelo Programa Criança Alfabetizada (PCA), em parceria com o Governo Estadual;
- ✓ Apoiamos o processo de avaliação externa, dando subsídios para sua realização nas Unidades Escolares;
- ✓ Os estudantes são inclusos sendo-os incluídos na proposta pedagógica das escolas, tendo acompanhamento psico-pedagógico;
- ✓ Parceria com a Secretaria de Assistência Social e a Secretaria de Saúde, para articular ações necessárias, visando uma Educação Inclusiva nas turmas dos Anos Iniciais;
- ✓ Aquisição de materiais didático pedagógicos, para dirimir o baixo índice de aprendizagem;
- ✓ A Secretaria de educação faz adesão a esses programas de avaliação



do Governo Federal e Estadual, para realizações das provas externas;

- ✓ Estruturação das bibliotecas e mantidas pela gestão escolar, que conta com doações de livros e incentiva ativamente os alunos a desenvolverem o hábito da leitura. Promovendo o acesso à cultura, ao conhecimento e estimular o gosto pela leitura entre os estudantes, contribuindo para sua formação educacional e desenvolvimento pessoal;
- ✓ Realização de plantões pedagógicos, periodicamente, para incentivar a participação dos pais ou responsáveis no acompanhamento das atividades escolares dos filhos por meio do estreitamento das relações entre as escolas e as famílias;
- ✓ Ampliação do poder executivo tem se dedicado para assegurar o acesso à internet em alta velocidade em relação entre computadores e estudantes nas escolas de educação básica. Essa medida visa promover a inclusão digital, facilitar o acesso à informação e estimular o uso da tecnologia como ferramenta educacional, contribuindo para a melhoria da qualidade do ensino e preparando os alunos para os desafios do mundo contemporâneo;

META 7

Universalizar para a população de 04 (quatro) a 17 (dezessete) anos, da educação básica o atendimento escolar especializado, aos estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação na rede pública e privada municipal de ensino

ESTRATÉGIAS

4.1: Implantar salas de recursos multifuncionais e fomentar a formação continuada de professores para o atendimento educacional especializado complementar, nas escolas urbanas e do campo; -

4.2: Adquirir material de apoio pedagógico para as Unidades Escolares nas diversas áreas do conhecimento; -

4.3: Ampliar a oferta do atendimento educacional especializado complementar aos estudantes matriculados na rede pública municipal de ensino regular;

4.4: Manter parceria com o estado de Pernambuco e a União programa de acessibilidade nas escolas públicas municipais para adequação arquitetônica, oferta de transporte acessível, disponibilização de material didático acessível e recursos de tecnologia assistiva, e oferta da educação bilíngue em língua portuguesa e Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS; -

4.5: Fomentar à educação inclusiva, promovendo a articulação entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado complementar ofertado em salas de recursos multifuncionais da própria escola ou em instituições especializadas; -

4.6: Fortalecer o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola por parte dos beneficiários do benefício de prestação continuada, de maneira a garantir a ampliação do atendimento aos estudantes com deficiência na rede pública regular de ensino. -

4.7: Ampliar as equipes de profissionais da educação para atender à demanda do processo de escolarização dos (as) estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação, garantindo a oferta de

professores (as) do atendimento educacional especializado, profissionais de apoio ou auxiliares, tradutores (as) e intérpretes de libras, guias-intérpretes para surdo-cegos, professores de libras, prioritariamente surdos e professores bilíngues;

4.8: Ampliar o atendimento educacional especializado as pessoas com deficiência, preferencialmente na rede regular de ensino público ou privado.

AÇÕES REALIZADAS

- ✓ Adesão de material de apoio pedagógico para as Unidades Escolares nas diversas áreas do conhecimento, possibilitando melhor desempenho nas atividades pedagógicas;
- ✓ Contratação de auxiliares de sala, a fim de reforçar as atividades de aprendizagem, bem como acompanhar estudantes com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação;
- ✓ Realização de Formação Continuada para os professores de educação inclusiva, promovendo a articulação entre o ensino regular e o atendimento educacional especializado complementar.

META 8

Alfabetizar todas as crianças até, no máximo, os 8 (oito) anos de idade. 100.00%.

ESTRATÉGIAS

5.1: Fomentar a estruturação do ensino fundamental de nove anos como foco na organização do ciclo de alfabetização com a duração de três anos, a fim de garantir a alfabetização plena em todas as crianças, no máximo, até o final do terceiro ano; -

5.2: Aplicar exame periódico para acompanhar o processo de alfabetização das crianças, mediante instrumentos nacionais e municipais de avaliação; -

5.3: Fomentar o desenvolvimento de tecnologias educacionais e de inovação das

práticas pedagógicas na rede pública municipal de ensino que assegurem a alfabetização e favoreçam a melhoria do fluxo escolar e a aprendizagem dos estudantes, considerando as diversas abordagens metodológicas e sua afetividade; -

5.4: Promover alfabetização das pessoas com deficiência, considerando as suas especificidades, inclusive a alfabetização bilingue de pessoas surdas, sem estabelecimento de limite temporal, desde que a idade cronológica esteja compatível com a idade da turma do ensino fundamental dos anos iniciais; -

5.5: Disponibilizar apoio psicopedagógico para atendimento aos estudantes e comunidade escolar –

AÇÕES REALIZADAS

- ✓ Ofertar Formação Continuada sobre o currículo de Pernambuco e suas diferentes temáticas;
- ✓ Realização de acompanhamento Pedagógico por estagiários contratados;
- ✓ Implantação o Programa busca ativa escolar para combater a evasão escolar;
- ✓ Formação com gestores e coordenadores pedagógicos para reformulação dos Projetos Políticos Pedagógicos (PPP) e regimentos escolares;
- ✓ Locação de ônibus com recursos do FUNDEB e salário-educação para todos os estudantes da Rede Municipal, que moram distantes da unidade escolar;
- ✓ Estruturação de formação sobre currículo de Pernambuco e um organizador curricular, onde ressaltam as considerações e especificidades de cada turma;
- ✓ Realização de formação sobre alimentação escolar para profissionais envolvidos;
- ✓ Implementação de projetos pedagógicos em rede para incentivo das atividades pedagógicas;
- ✓ Realização de Plantão pedagógico a cada bimestre e semestralmente família/escola, em cumprimento ao calendário letivo.
- ✓ Realização de formação continuada dos professores realizada pela equipe da

Secretaria Municipal, especificamente, Departamento Pedagógico;

- ✓ Adesão ao Currículo de Pernambuco, onde o mesmo traz conteúdos que tratam de temáticas afro indígenas, de acordo com as leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008, possibilitando uma visão de mundo ampliada dos estudantes;
- ✓ Realização de processo avaliativos após o período pandêmico foi realizado pela equipe do Departamento pedagógico, orientando os coordenadores pedagógicos, a repassarem informações didático-metodológicas aos professores, onde realizaram avaliações diagnósticas e de fluência e atividades escritas, de acordo com os níveis de alfabetização das turmas em cada Unidade Escolar;
- ✓ Garantia do cumprimento dos 200 dias letivos a todos os estudantes da Rede municipal de Ensino;
- ✓ Implementação de equipes do Programa BUSCA ATIVA ESCOLAR, que tem como objetivo combater a evasão escolar;
- ✓ Iniciação do Programa Criança Alfabetizada com a equipe formada em 2020, dando continuidade as atividades e formação ao corpo docente;
- ✓ Realização de encontros que propõe adaptação com a participação dos profissionais desta etapa, um organizador curricular, onde propomos as vivências e construções coletivas e individuais, levando em consideração as especificidades e necessidades de cada turma, pautado no Currículo de PE;
- ✓ Disponibilização de alimentação escolar é de ótima qualidade e acompanhada por Nutricionista;
- ✓ Realização do Plantão pedagógico nas escolas ao final de cada bimestre nas Unidades Escolares, em cumprimento ao calendário letivo;



- ✓ Realização de acompanhamentos pedagógicos por estagiários, contratados pela ABRE, empresa que presta serviço a Prefeitura, formalizando o PROGRAMA BOLSA FORMAÇÃO otimizando o O PROJETO REENSINO oferecia as estudantes com deficiências de aprendizagem;
- ✓ Idealização de projetos de leitura em sala de aula, incentivando através de: Contação e rodas de histórias; Semana literária; Teatros, recontos; Cantinho de leitura, etc.

META 10

Fomentar a qualidade da educação básica em todas as etapas e modalidades, com melhoria do fluxo escolar e da aprendizagem de modo a atingir as seguintes médias nacionais para o LDEB: 6,0 nos anos iniciais do ensino fundamental; 5,5 nos anos finais do ensino fundamental.

ESTRATÉGIAS

7.1: Implantar diretrizes pedagógicas para a educação básica e a base nacional comum dos currículos, com direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento dos (as) alunos (as) para cada ano do ensino fundamental, respeitando a realidade do município;

7.2: Assegurar que: a) No quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 70% (setenta por cento) dos (as) alunos (as) do ensino fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejado; b) No último ano de vigência deste PME, todos os (as) alunos (as) estudantes do ensino fundamental tenha alcançado nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;

7.3: Colaborar com a União em relação aos indicadores municipais de avaliação institucional com base no perfil do alunado e do corpo de profissionais da educação, condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de cada ensino; -

7.4: Desenvolver instrumentos municipais de avaliação que possibilitem um processo

contínuo de autoavaliação das escolas da educação básica, que orientem as dimensões básicas a serem fortalecidas, a formação continuada dos (as) professores (as) e o aprimoramento da gestão democrática;

7.5: Formalizar e executar planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação dos profissionais da educação, à ampliação e ao desenvolvimento de

recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;

7.6: Utilizar os resultados das avaliações nacionais, estaduais e municipais, como instrumentos que indicam a busca pela melhoria dos processos e práticas pedagógicas;

-

Estratégia 7.7: Garantir transporte gratuito para todos (as) os (as) estudantes de educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia- INMETRO, financiamento compartilhado com a União, visando a reduzir

a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;

7.8: Desenvolver e/ou aproveitar boas práticas e modelos alternativos de atendimento escolar para a população do campo considerando as especificidades locais; -

7.9: Universalizar, até o sexto ano de vigência deste PME, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década, a relação computador/aluno (a) nas escolas da rede municipal de ensino, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação; -

7.10: Garantir às todas as creches e escolas públicas municipais o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência;

7.11: Promover a aquisição de equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas municipais, criando, inclusive, mecanismos para a implementação das condições necessárias para



a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores, inclusive internet;

7.12: Garantir as políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações articuladas com outros órgãos públicos, destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providencias adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade;

7.13: Garantir a inclusão e permanência na escola dos adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua assegurando os princípios da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990- Estatuto da Criança e do Adolescente; -

7.14: Garantir no currículo da rede pública municipal e privada de ensino, os conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígena; -

7.15: Mobilizar as famílias e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais; -

7.16: Promover as articulações dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade da educação pública municipal e privada; -

7.17: Promover e regular a oferta da educação básica pela iniciativa privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação; -

7.18: Desenvolver instrumentos específicos de avaliação da educação básica e suas modalidades, tendo em consideração as especificidades das propostas pedagógicas de cada etapa;

AÇÕES REALIZADAS

- ✓ Realização de encontros com os docentes a fim de alinhar o currículo de Pernambuco, propondo adaptação com a participação dos profissionais de diversos segmentos;



- ✓ Realização de encontros para orientar a coordenação pedagógica e professores quanto ao manuseio e informações do currículo de Pernambuco e seus organizadores, que são habilidades e competências que devem ser trabalhadas em cada bimestre;
- ✓ Realização de rodas de conversas, a fim de assegurar que: a) No quinto ano de vigência deste PME, pelo menos 70% (setenta por cento) dos (as) alunos (as) do ensino fundamental tenham alcançado nível suficiente de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo e 50% (cinquenta por cento), pelo menos, o nível desejado; b) No último ano de vigência deste PME, todos os (as) alunos (as) estudantes do ensino fundamental buscando alcançar nível suficiente de aprendizado em relação aos direitos e objetivos de aprendizagem e desenvolvimento de seu ano de estudo, 80% (oitenta por cento), pelo menos, o nível desejável;
- ✓ Realizações de encontros com equipes pedagógicas das escolas, a fim de traçar metas relativas aos indicadores municipais de avaliação institucional com base no perfil dos estudantes e profissionais da educação, condições de infraestrutura das escolas, nos recursos pedagógicos disponíveis, nas características da gestão e em outras dimensões relevantes, considerando as especificidades das modalidades de cada ensino; -
- ✓ Criação de instrumentos municipais de avaliação que são: avaliação diagnóstica, processual e somativa que possibilitem um processo contínuo de autoavaliação das escolas da educação básica, que orientem as dimensões básicas a serem fortalecidas por meio de metas, a formação continuada dos (as) professores (as) e o aprimoramento da gestão democrática;
- ✓ Formalização dos planos de ações articuladas dando cumprimento às metas de qualidade estabelecidas para a educação básica pública e às estratégias de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão de apoio técnico e financeiro voltadas à melhoria da gestão educacional, à formação dos profissionais da educação, à ampliação e ao desenvolvimento de recursos pedagógicos e à melhoria e expansão da infraestrutura física da rede escolar;



- ✓ Utilização dos resultados das avaliações nacionais, estaduais e municipais, como instrumentos que indicam a busca pela melhoria dos processos e práticas pedagógicas por meio de encontros de alinhamento e orientações com a comunidade escolar;
- ✓ Garantia do transporte gratuito para todos (as) os (as) estudantes de educação do campo na faixa etária da educação escolar obrigatória, mediante renovação e padronização integral da frota de veículos, de acordo com especificações definidas pelo Instituto Nacional de Metrologia, Qualidade e Tecnologia- INMETRO, financiamento compartilhado com a União, visando a reduzir a evasão escolar e o tempo médio de deslocamento a partir de cada situação local;
- ✓ Utilização de transporte escolar na Zona Urbana e Rural , atendendo os estudantes residentes em bairros com necessidades de deslocamento até as Unidades Escolares que estiverem devidamente matriculados na Rede de Ensino;
- ✓ Realização de encontros para implementação que auxilie o desenvolvimento de boas práticas pedagógicas, otimizando o atendimento escolar para a população do campo considerando as especificidades locais;
- ✓ Realização de atividade coletivas, a fim de refletir e viabilizar ações que universalize , até o sexto ano de vigência deste PME, o acesso à rede mundial de computadores em banda larga de alta velocidade e triplicar, até o final da década. a relação computador/aluno (a) nas escolas da rede municipal de ensino, promovendo a utilização pedagógica das tecnologias da informação e da comunicação; -
- ✓ Garantia às todas as creches e escolas públicas municipais o acesso à energia elétrica, abastecimento de água tratada, esgotamento sanitário e manejo dos resíduos sólidos, garantir o acesso dos alunos a espaços para a prática esportiva, a bens culturais e artísticos e a equipamentos e laboratórios de ciências e, em cada edifício escolar, garantir a acessibilidade às pessoas com deficiência;
- ✓ Aquisição de equipamentos e recursos tecnológicos digitais para a utilização pedagógica no ambiente escolar a todas as escolas públicas municipais, criando, inclusive, mecanismos para a implementação das condições necessárias para a universalização das bibliotecas nas instituições educacionais, com acesso a redes digitais de computadores,

inclusive internet;

- ✓ Realização de palestras com profissionais, implementando as políticas de combate à violência na escola, inclusive pelo desenvolvimento de ações articuladas com outros órgãos públicos, destinadas à capacitação de educadores para detecção dos sinais de suas causas, como a violência doméstica e sexual, favorecendo a adoção das providencias adequadas para promover a construção da cultura de paz e um ambiente escolar dotado de segurança para a comunidade, compartilhando orientações com a comunidade escolar por meio dos órgão parceiros: Secretaria de Saúde, Conselho Tutelar, Policia Militar
- ✓ Garantia a inclusão e permanência na escola dos adolescentes e jovens que se encontram em regime de liberdade assistida e em situação de rua assegurando os princípios da Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990- Estatuto da Criança e do Adolescente; -
- ✓ Garantia de trabalhar o currículo na rede pública municipal e privada de ensino, os conteúdos sobre a história e as culturas afro-brasileira e indígena;
- ✓ Mobilização das famílias em reuniões coletivas em diversos locais e setores da sociedade civil, articulando a educação formal com experiências de educação popular e cidadã, com os propósitos de que a educação seja assumida como responsabilidade de todos e de ampliar o controle social sobre o cumprimento das políticas públicas educacionais;
- ✓ Articulações dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas, como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte e cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, como condição para a melhoria da qualidade da educação pública municipal e privada com ações coletivas em diferentes comunidades;
- ✓ Implementação de oferta em diversas escolas da educação básica pela iniciativa privada, de forma a garantir a qualidade e o cumprimento da função social da educação;

- ✓ Implementar os instrumentos específicos de avaliação da educação básica e suas modalidades, tendo em consideração as especificidades das propostas pedagógicas de cada etapa;

META 11

Elevar a taxa de alfabetização da população em 15 anos ou mais para 93,5% até 2025 e, até o final deste PNE, erradicar o analfabetismo absoluto e reduzir em 50% a taxa de analfabetismo funcional. 99.00%.

ESTRÁTEGIAS

Estratégia 9.1: Garantir a oferta gratuita da educação de jovens, adultos e idosos a todos os que não tiveram acesso à educação básica na idade própria;

Estratégia 9.2: Implementar as ações de alfabetização de jovens, adultos e idosos com garantia de continuidade da escolarização básica; -

Estratégia 9.3: Promover o acesso ao ensino fundamental aos egressos de programas de alfabetização e garantir o acesso a exames de reclassificação e de certificação da aprendizagem; -

Estratégia 9.4: Promover as chamadas públicas regulares para a educação de jovens, adultos e idosos e avaliação de alfabetização por meio de exames específicos, que permitam aferição do grau de analfabetismo de jovens e adultos com mais de quinze anos de idade; - Estratégia 9.5: Executar, em articulação com a área da saúde, programa nacional de atendimento oftalmológico e fornecimento gratuito de óculos para estudantes da educação de jovens adultos e idosos; -

Estratégia 9.6: Manter o programa nacional de educação de jovens, adultos, voltado à conclusão do ensino fundamental e a formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica; -

Estratégia 9.7: Fomentar a expansão das matrículas na educação básica de jovens, adultos e idosos.

AÇÕES REALIZADAS

- ✓ Ampliação de turma de EJA nas escolas em diversos bairros, atendendo a população estudantil em todas as fases;
- ✓ Implementadas as ações de alfabetização de jovens, adultos e idosos com

garantia de continuidade da escolarização básica, incentivando a permanência dos estudantes, garantindo merendas de qualidade e transporte escolar,

através de encontros coletivos com estudantes de fases específicas, bem como professores de diferentes áreas.

✓ Realização de comunicação através de carro som a fim de chamar publicamente jovens, adultos e idosos das diferentes comunidades, oportunizando-os a avaliação de alfabetização por meio de exames específicos, que permitam aferição do grau de analfabetismo de jovens e adultos com mais de quinze anos de idade;

✓ Realização de atividades avaliativas para reclassificação dos estudantes que apresentam melhor aprendizagem, sendo encaminhado a fase seguinte a depender do resultado;

Disponibilização de matrículas na Unidades Escolares para as turmas do programa nacional de educação de jovens, adultos, voltado à conclusão do ensino fundamental e a formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica;

✓ Realização de Formação Continuada aos docentes da EJA, visando uma melhor preparação pedagógicas nas diversas áreas de conhecimento;

META 12

Implantar uma política de valorização e formação do profissional da educação.

ESTRATÉGIAS

Estratégia 12.2: Estabelecer parcerias entre setores públicos e privado educacional para formação continuada dos profissionais da educação; -

Estratégia 12.3: Garantir aquisição de computadores pessoais para todos os profissionais da educação da rede pública de ensino, bem como outros equipamentos tecnológicos que auxiliam nas atividades pedagógicas; -

Estratégia 12.4: Realizar de concurso público para a educação básica sempre que necessário, mediante orientações dos órgãos públicos competentes; -

Estratégia 12.5: Implantar política de formação continuada para todos os trabalhadores em educação da rede pública municipal; -

AÇÕES REALIZADAS

- ✓ Realização de formação pedagógica por áreas, o município estabelece parcerias com o profissionais especializados da Secretaria Estadual de Educação e de Editoras no perfil educacional para formação continuada dos profissionais da educação em suas respectivas áreas;
- ✓ Realização de seleção simplificada para contratação de professores de diversas áreas para compor o quadro de docentes em atendimento aos estudantes em todos os segmentos;
- ✓ Realização de encontros com gestores escolares e coordenadores pedagógicos formação continuada sobre a aplicação dos recursos financeiros promovida pelo Departamento Pedagógico;
- ✓ Realização de um evento de compartilhamento de experiências (exitosas) bem-sucedidas em sala de aula é uma forma eficaz de promover a troca de conhecimentos entre os professores, oferecendo inspiração e sugestões para práticas pedagógicas. Além disso, essa iniciativa contribui para valorizar os professores, estimulando seu engajamento e promovendo um ambiente educativo mais colaborativo;
- ✓ Realização de reuniões colegiadas de gestores, onde cada departamento da secretaria de educação apresenta suas ações e metas para o ano, é uma prática importante para promover a integração e alinhamento de esforços dentro da instituição. Esses encontros permitem a troca de informações, o planejamento conjunto e a definição de estratégias para o alcance dos objetivos estabelecidos, favorecendo uma gestão mais eficiente e colaborativa na área educacional;



- ✓ Participação em evento, proporcionando momentos de aprendizado, relativo a inteligência emocional, com palestra de profissionais da área, permitindo distração, música e diversão, contribuindo para elevar a autoestima dos participantes. Este evento promove o bem-estar emocional e social, estimulando sentimentos positivos e fortalecendo o vínculo entre os envolvidos.

META 13

Assegurar a permanência com sucesso do aluno e combater, em todos os níveis e modalidades de ensino a repetência e a evasão escolar, corrigindo a distorção idade-série, inclusive com programas de auxílio às famílias de baixa renda.

ESTRÁTEGIAS

Estratégia 13.1: Acompanhar a frequência dos alunos em parceria com o Conselho Tutelar e Ministério Público, contribuindo para a erradicação da evasão escolar;

Estratégia 13.2: Fomentar, em parceria com a União e o Estado de Pernambuco, dos programas para Educação Infantil, Ensino Fundamental e Educação de Jovens, Adultos e Idosos; -

Estratégia 13.3: Garantir o funcionamento e ampliação dos programas de apoio vinculados a educação (merenda escolar, transporte escolar, campanhas de saúde escolar preventiva, bolsa escola e geração de renda) de forma organizada, atendendo as necessidades da sociedade;

Estratégia 13.4: Garantir a criação do sistema municipal de correção da distorção idade-série até 2018;

Estratégia 13.5: Promover a qualificação profissional, através de cursos profissionalizantes em parcerias com o Sistema S e a Secretaria Municipal do Trabalho;

Estratégia 13.6: Promover a articulação dos programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte, cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, que as ajude a garantir melhores condições para o aprendizado dos estudantes; -

Estratégia 13.7: Universalizar, mediante articulação entre órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção e promoção da atenção básica à saúde;

Estratégia 13.8: Estabelecer as ações efetivas especificamente voltadas para a prevenção, atenção e atendimento à saúde e integridade física, mental e moral dos profissionais da educação, como condição para a melhoria da qualidade do ensino;

Estratégia 13.9: Criar as políticas públicas na rede municipal de ensino, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, estabelecendo um padrão mínimo de qualidade, procurando reduzir a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo a equidade da aprendizagem, não enfatizando a meritocracia; -

AÇÕES REALIZADAS

- ✓ Elaboração de fichas de acompanhamento da frequência dos alunos em parceria com o Conselho Tutelar e Ministério Público, contribuindo para a erradicação da evasão escolar;
- ✓ Ampliação dos programas de apoio vinculados a educação (merenda escolar, transporte escolar, campanhas de saúde escolar preventiva, bolsa escola e geração de renda) de forma organizada, atendendo as necessidades da sociedade
- ✓ Ampliação dos programas de apoio vinculados a educação (merenda escolar, transporte escolar, campanhas de saúde escolar preventiva, bolsa escola e geração de renda) de forma organizada, atendendo as necessidades da sociedade;
- ✓ Realização de atividades articuladas em programas da área da educação, de âmbito local e nacional, com os de outras áreas como saúde, trabalho e emprego, assistência social, esporte, cultura, possibilitando a criação de rede de apoio integral às famílias, que as ajude a garantir melhores condições para o aprendizado dos estudantes;

- ✓ Elaboração de fichas contendo as ações de criação das políticas públicas na rede municipal de ensino, de forma a buscar atingir as metas do IDEB, estabelecendo um padrão mínimo de qualidade, procurando reduzir a diferença entre as escolas com os menores índices e a média nacional, garantindo a equidade da aprendizagem, não enfatizando a meritocracia;
- ✓ Priorização da busca de parceria para articular órgãos responsáveis pelas áreas da saúde e da educação, o atendimento aos estudantes da rede pública de educação básica por meio de ações de prevenção e promoção da atenção básica de saúde;

META 14

Qualidade da educação: Democratização do acesso, permanência, condições de participação e aprendizagem.

ESTRATÉGIAS

Estratégia 14.1: Garantir o acesso aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um; -

Estratégia 14.2: Atender ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (EC nº 59/2009);

Estratégia 14.3: Garantir o acesso ao ensino obrigatório e gratuito como direito público subjetivo; -

Estratégia 14.4: Recensear os educandos no ensino fundamental fazendo-lhes a chamada a zelar, junto aos pais ou responsáveis pela frequência; -

Estratégia 14.5: Incluir no projeto-pedagógico das escolas que oferecem EJA os princípios e valores para um futuro sustentável, contidos na carta da terra e no tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global; -

Estratégia 14.6: Garantir o acesso e permanência aos estudantes travestis e transexuais no ensino fundamental, com isonomia de condições às outras modalidades de educação básica, de acordo com a Constituição Federal de 1988 no seu Art.5º. –

Estratégia 14.7: Atender no currículo e nas práticas pedagógicas, das exigências legais das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que trata da obrigatoriedade do ensino da música nas escolas públicas, o ensino da História e Cultura Africana, Afrobrasileiro e Indígena, além do Plano Nacional de Políticas Para as Mulheres

AÇÕES REALIZADAS

- ✓ Ampliação nas Unidades Escolares de atividades diversificadas a fim de garantir o acesso e permanência aos níveis mais elevados do ensino, da pesquisa e da criação artística, segundo a capacidade de cada um;

- ✓ Realização de atendimentos ao educando, em todas as etapas da educação básica, por meio de programas suplementares de material didático escolar, transporte, alimentação e assistência à saúde (EC nº 59/2009);

- ✓ Garantia de o acesso e permanência ao ensino obrigatório e gratuito como direito público subjetivo, primando pelo desenvolvimento integral do estudante;

- ✓ Elaboração de fichas de monitoramento da assiduidade dos educandos no ensino fundamental fazendo-lhes a chamada a zelar, junto aos pais ou responsáveis pela frequência, sendo registrado no Censo Escolar;

- ✓ Formação de uma equipe para preenchimento de informações que serão postas no censo escolar, quantificando os educandos no ensino fundamental fazendo-lhes a chamada a zelar, junto aos pais ou responsáveis pela frequência que quantificará a Rede Municipal de Ensino;

- ✓ Implementação do projeto-pedagógico das escolas que oferecem EJA os princípios e valores para um futuro sustentável, contidos na carta da terra e no tratado de educação ambiental para sociedades sustentáveis e responsabilidade global;

- ✓ Realização de encontros com professores da área de Ciências Sociais para reflexão do currículo que contempla as práticas pedagógicas, das exigências legais das leis 10.639/2003 e 11.645/2008 que trata da obrigatoriedade do ensino da música nas escolas públicas, o ensino da História e Cultura Africana, Afrobrasileiro e Indígena, além do Plano Nacional de Políticas Para as Mulheres; levar a escolaridade média da população de 18 à 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 anos de estudos no último ano de vigência deste plano, para as escolas populares do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros declarados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

META 15

Elevar a escolaridade média da população de 18 à 29 anos, de modo a alcançar, no mínimo, 12 anos de estudos no último ano de vigência deste plano, para as escolas populares do campo, da região de menor escolaridade no País e dos 25% mais pobres, e igualar a escolaridade média entre negros declarados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE.

ESTRATÉGIAS

Estratégia 8.1: Institucionalizar programas e desenvolver tecnologias para correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes com rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais considerados; -

Estratégia 8.2: Implementar programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial; -

Estratégia 8.5: Promover, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo e em parceria com a União, garantir a frequência.

Estratégia 8.6: Apoio á aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses (as) estudantes da rede pública regular de ensino;

Estratégia 8.7: Promover a busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude.

AÇÕES REALIZADAS

- ✓ Institucionalização de programas e desenvolvimento de atividades de correção de fluxo, para acompanhamento pedagógico individualizado e para recuperação e progressão parcial, bem como priorizar estudantes como rendimento escolar defasado, considerando as especificidades dos segmentos populacionais;
- ✓ Contratação de estagiários de Pedagogia a fim de realizar aulas complementares, viabilizando à aprendizagem, de maneira a estimular a ampliação do atendimento desses (as) estudantes da rede pública regular de ensino;
- ✓ Definição de fichas que deverão ser preenchidas pela Unidades Escolares, em parceria com as áreas de saúde e assistência social, visando o acompanhamento e o monitoramento do acesso à escola para os segmentos populacionais considerados, identificar motivos de absenteísmo e em parceria com a União, garantir a frequência;
- ✓ Implementação de equipes que realizará a busca ativa de jovens fora da escola pertencentes aos segmentos populacionais considerados, em parceria com as áreas de assistência social, saúde e proteção à juventude;
- ✓ Implementação de programas de educação de jovens e adultos para os segmentos populacionais considerados, que estejam fora da escola e com defasagem idade-série, associados a outras estratégias que garantam a continuidade da escolarização, após a alfabetização inicial, sendo emitido certificação da conclusão do ensino fundamental.

META 16

Oferecer, no mínimo, 25% das matrículas de educação de jovens e adultos, nos ensinos fundamental e médio, na forma integrada a educação profissional.

ESTRATÉGIAS

Estratégia 10.1: Manter o programa nacional de educação de jovens e adultos voltado à conclusão do ensino fundamental e à formação profissional inicial, de forma a estimular a conclusão da educação básica; -

Estratégia 10.2: Expandir as matrículas na educação de jovens e adultos, de modo a articular a formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação profissional, objetivando a elevação do nível de escolaridade do trabalhador e da trabalhadora; -

Estratégia 10.3: Fomentar a integração da educação de jovens e adultos com a educação profissional, em cursos planejados, de acordo com as características do público da educação de jovens e adultos e considerando as especificidades das populações itinerantes e do campo inclusive na modalidade de educação à distância; -

Estratégia 10.4: Ampliar as oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional; -

Estratégia 10.5: Implantar programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência; -

Estratégia 10.6: Estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma a organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos e alunas;

Estratégia 10.7: Fomentar a produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes do Sistema Público Municipal que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;



Estratégia 10.8: Fomentar a oferta pública de formação inicial e continuada para trabalhadores e trabalhadoras articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional vinculadas ao sistema sindical e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência e atuação exclusiva na modalidade; -

Estratégia 10.9: Institucionalizar o programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional; -

Estratégia 10.10: Expandir a oferta de educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais; -

Estratégia 10.11: Implementar os mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada

AÇÕES REALIZADAS

- ✓ Expansão das matrículas nas escolas da Rede, em diversos bairros, para educação de jovens e adultos, de modo a articular formação inicial e continuada de trabalhadores com a educação, objetivando uma qualificação do estudante como cidadão;
- ✓ Aquisição de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso a equipamentos e laboratórios e a formação continuada de docentes do Sistema Público Municipal que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;
- ✓ Realização de Formação Continuada, com profissionais das diversas áreas, a fim de estimular a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, reforçando formação inicial, adequando-as a modalidade básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma há organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos e alunas;

- ✓ Implementação dos mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada;
- ✓ Ampliação das oportunidades profissionais dos jovens e adultos com deficiência e baixo nível de escolaridade, por meio do acesso à educação de jovens e adultos articulada à educação profissional; -
- ✓ Implantação programa nacional de reestruturação e aquisição de equipamentos voltados à expansão e à melhoria da rede física de escolas públicas que atuam na educação de jovens e adultos integrada à educação profissional, garantindo acessibilidade à pessoa com deficiência;
- ✓ Implementação de acordo com as peculiaridades locais , respeitando a diversificação curricular da educação de jovens e adultos, articulando a formação básica e a preparação para o mundo do trabalho e estabelecendo inter-relações entre teoria e prática, nos eixos da ciência, do trabalho, da tecnologia e da cultura e cidadania, de forma há organizar o tempo e o espaço pedagógicos adequados às características desses alunos e alunas;
- ✓ Viabilização da produção de material didático, o desenvolvimento de currículos e metodologias específicas, os instrumentos de avaliação, o acesso formação continuada de docentes do Sistema Público Municipal que atuam na educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;
- ✓ Articulação de formação inicial e continuada para trabalhadores e trabalhadoras articulada à educação de jovens e adultos, em regime de colaboração e com apoio de entidades privadas de formação profissional e de entidades sem fins lucrativos de atendimento à pessoa com deficiência e atuação exclusiva na modalidade;



- ✓ Institucionalização do programa nacional de assistência ao estudante, compreendendo ações de assistência social, financeira e de apoio psicopedagógico que contribuam para garantir o acesso, a permanência, a aprendizagem e a conclusão com êxito da educação de jovens e adultos articulada à educação profissional;
- ✓ Expansão à oferta de educação de jovens e adultos articulada à educação profissional, de modo a atender às pessoas privadas de liberdade nos estabelecimentos penais, assegurando-se formação específica dos professores e das professoras e implementação de diretrizes nacionais;
- ✓ Implementação de mecanismos de reconhecimento de saberes dos jovens e adultos trabalhadores, a serem considerados na articulação curricular dos cursos de formação inicial e continuada

META 18

Elevar a taxa bruta de matrícula na educação superior para 50% e a taxa líquida para 33% da população de 18 anos à 24 anos, assegurada a qualidade da oferta e expansão para, pelo menos, 40% das novas matrículas, no segmento público.

ESTRATÉGIA

Estratégia 12.1: Apoiar a otimização da capacidade instalada da estrutura física e de recursos humanos das instituições públicas de educação superior, mediante ações planejadas e coordenadas, de forma ampliar e interiorizar o acesso à graduação;

AÇÕES REALIZADAS

- ✓ Sendo período restrito, devido a pandemia, foi inviável estabelecer alguma ação.

META 19

Equiparar seus rendimentos médios aos dos(as) demais profissionais com escolaridade equivalente, até o final do sexto ano de vigência deste PNE

ESTRATÉGIA

Estratégia 17.1: Constituição, por iniciativa do Ministério da Educação, até o final do primeiro ano de vigência deste PNE, o fórum permanente, com representação da União, dos Estados, do Distrito Federal, dos Municípios e dos trabalhadores da educação, para acompanhamento da atualização progressiva do valor do piso salarial nacional para os profissionais do magistério público da educação básica;

17.2: Implementar, no plano de Carreira para os (as) profissionais do magistério da rede pública municipal de ensino, observados os critérios estabelecidos na Lei nº 11.738, de 16 de julho de 2008, com implantação gradual do cumprimento da jornada de trabalho em um único estabelecimento escolar; -

Estratégia 17.3: Respeitar em todas as jornadas de trabalho um terço das horas, aulas para aulas atividades, sendo que as jornadas de 30 horas aulas semanais que equivalem a 150 (cento e cinquenta) horas aulas mensais e de 37,5 (trinta e sete vírgula cinco) horas aulas que equivalem a 187,5 horas aulas mensais, calculadas proporcionalmente ao valor máximo de 200 (duzentas) horas aula mensal;

Estratégia 17.4: Garantir ticket para todos os profissionais de educação, com carga horária de oito horas ininterruptas e para os (as) professores (as) que possuem dois contratos na mesma rede; -

Estratégia 17.5: Garantir incentivo, através de bônus para aquisição de livros para todos (as) os (as) profissionais da educação, lotados ou não em unidades educacionais; -

Estratégia 17.6: Equiparar o salário dos professores contratados e os efetivos de acordo com o PCCV e o estatuto do magistério respeitando as faixas.

META 20

Assegurar, no prazo de 2 (dois) anos, a existência de planos de carreira para os(as) profissionais da educação básica e superior pública de todos os sistemas de ensino e, para o plano de Carreira dos profissionais da educação básica pública, tomar como referência o piso salarial nacional profissional, definido em lei federal, nos termos do inciso VIII do art. 206 da Constituição Federal.

ESTRATÉGIAS

Estratégia 18.1: Implantar acompanhamento dos profissionais iniciantes, supervisionados por equipe de profissionais (Conselho Municipal de educação, técnicos da Secretaria de Educação, Sindicato dos Profissionais da educação), a fim de fundamentar, com base em avaliação documentada, a decisão pela efetivação após o estágio probatório; -

Estratégia 18.2: Garantir, no plano de Carreira dos profissionais em educação do Município, licenças remuneradas e incentivos para a qualificação profissional, inclusive em nível de pós-graduação lato sensu e stricto sensu; -

Estratégia 18.3: Participar anual, a partir do segundo ano de vigência deste PME, do censo dos (as) profissionais da educação básica de outros segmentos que não os do magistério;

Estratégia 18.4: Considerar as especificidades socioculturais dT escolas do campo no provimento de cargos efetivos para essas escolas, com criação de políticas de incentivos para os docentes, evitando assim a rotatividade, e com isto, garantir o processo educativo sem interrupções e de qualidade; -

Estratégia 18.5: Criar uma comissão permanente de profissionais da educação para subsidiar os órgãos competentes na elaboração, reestruturação e implementação dos planos de Carreira;

Estratégia 18.6: Selecionar interna do quadro funcional efetivo de magistério para o cargo de coordenador pedagógico, garantindo a presença de um profissional nos turnos de funcionamento de cada unidade.

AÇÕES REALIZADAS

A falta de ações relacionadas às estratégias propostas se deve ao fato de que sua implementação depende do poder executivo. Portanto, a execução dessas iniciativas está condicionada à atuação e decisões do órgão responsável pela gestão e implementação das políticas públicas, o que pode impactar diretamente a viabilidade e realização das propostas planejadas.

META 21

Assegurar condições, no prazo de 2 (dois) anos, para a efetivação da gestão democrática da educação, associada a critérios técnicos de mérito e desempenho e consulta pública comunidade escolar, âmbito das escolas públicas, prevendo recursos e apoio técnico da União para tanto.

ESTRATÉGIAS

Estratégia 19.1: Efetivar programas de apoio e formação aos (às) conselheiros (as) dos conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, dos conselhos de alimentação escolar, dos conselhos regionais e de outros e aos (às) representantes educacionais em demais conselhos de acompanhamento de políticas públicas, garantindo a esses colegiados recursos financeiros, espaço físico adequado, equipamentos e meios de transporte para visitas à rede escolar, com vistas ao bom desempenho de suas funções;

Estratégia 19.2: Constituição de Fórum Permanente de Educação com representante de cada segmento, com o intuito de coordenar a conferência municipal, bem como efetuar o acompanhamento da execução deste PME e dos seus planos de educação; -

Estratégia 19.3: Constituir e o fortalecer os grêmios estudantis e associações de pais, assegurando-se lhes, inclusive, espaços adequados e condições de funcionamento nas escolas e fomentando a sua articulação orgânica com os conselhos escolares, por meio das respectivas representações; -

Estratégia 19.4: Constituir e fortalecer os conselhos escolares e conselho municipal de educação, como instrumentos de participação e fiscalização na gestão escolar e educacional, inclusive por meio de programas de formação de conselheiros, assegurando-se condições de funcionamento autônomo;



Estratégia 19.5: Garantir consulta e participação dos profissionais da educação, alunos (as) e seus familiares na formulação dos projetos político-pedagógicos, currículos escolares, planos de gestão escolar e regimentos escolares, assegurando a participação dos pais na avaliação de docentes e gestores escolares;

Estratégia 19.6: Garantir os processos de autonomia pedagógica, administrativa e de gestão financeira nos estabelecimentos de ensino municipais; -

Estratégia 19.7: Desenvolver de programas de formação de diretores e gestores escolares, bem como aplicar prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos, cujos resultados possam ser utilizados por adesão; -

Estratégia 19.8: Implantar conselhos de pais, gestores escolares e grêmios; -

Estratégia 19.9: Incentivar e fortalecimento à efetiva participação dos conselhos escolares; -

Estratégia 19.10: Elaborar regimento de conselhos de pais, professores, gestores escolares e grêmios estudantis nas escolas públicas municipais e privadas, ficando sob responsabilidade dos agentes envolvidos dos respectivos conselhos; -

Estratégia 19.11: Promover fóruns para a discussão da formação, atuação e responsabilidade destes conselhos; -

Estratégia 19.12: Promover fóruns para a discussão da formação, atuação e responsabilidade destes conselhos; -

Estratégia 19.13: Divulgar e explanar as informações através de diversos tipos de mídia (carro de som, rádio, panfletagem, internet, jornal impresso, revistas e TV); -

Estratégia 19.14: Fortalecer o Conselho Municipal de Educação mediante a efetivação dos debates voltados a qualidade da educação municipal; -

Estratégia 19.17: Implantar gerencial informatizado (administrativo e pedagógico); -

Estratégia 19.18: Revisar o Plano Municipal de Educação a cada dois anos após a Conferência Municipal de Educação; -

Estratégia 19.19: Estabelecer, mediante lei municipal, da vigência de dez anos para a execução das ações do Plano Municipal de Educação, como política pública de Estado; Garantir a equipe gestora com o mínimo de três segmentos e para ampliação

considerar o quantitativo de alunos matriculados, exceto para as escolas uni docentes;

Estratégia 19.20: Promover a formação continuada para a equipe gestora da escola;

Estratégia 19.21: Legalizar todas as escolas da rede pública municipal e privada garantindo os direitos da comunidade escolar

AÇÕES REALIZADAS

- ✓ Atuação e apoio logístico, organizacional e funcional para concretização dos conselhos de alimentação e de acompanhamento e controle social do FUNDEB
- ✓ Desenvolvimento de programas de formação de diretores e gestores escolares, bem como aplicar prova nacional específica, a fim de subsidiar a definição de critérios objetivos para o provimento dos cargos, cujos resultados possam ser utilizados por adesão;
- ✓ Criação uma equipe técnica pedagógica itinerante com profissionais do quadro efetivo para atender professores da rede municipal de ensino;
- ✓ Realização de formação continuada para a equipe gestora da escola durante o ano letivo;
- ✓ Implantação do gerencial informatizado (administrativo e pedagógico), realizado pela equipe de Normatização;

META 22

Ampliar o investimento público em educação pública de forma a atingir, no mínimo, o patamar de 7% (sete por cento) do Produto Interno Bruto - PIB dos Pas no 5 (quinto) ano de vigência desta Lei e, no mínimo, o equivalente a 10% (dez por cento) do PIB do final do decênio.

ESTRATÉGIAS

Estratégia 20.1: Garantir fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do parágrafo 1º do art. 75 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional; Estratégia 20.2: Aperfeiçoar e ampliação os mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação; -

Estratégia 20.3: Manter e desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, na forma da lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 da

Constituição Federal;

Estratégia 20.4: Fortalecer os mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 200, a transparência e o controle social na utilização dos recursos públicos aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos

membros de conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, com a colaboração entre o Ministério da Educação, Secretarias de Municipal de Educação e o Tribunal de contas;

Estratégia 20.5: Apoiar no prazo de 02 (dois) anos de vigência deste PME, a implantação do Custo Aluno-Qualidade inicial - CAQi, referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade - CAQ;

Estratégia 20.6: Implementar o Custo Alw10 Qualidade - CAQ como parâmetro para o financiamento da educação de todas etapas e modalidades da educação básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em

aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar;

Estratégia 20.7: O CAQ será definido no prazo de 03 (três) anos e será continuamente ajustado, com base em metodologia formulada pelo Ministério da Educação - MEC, e acompanhado pelo Fórum Nacional de Educação - DNE, pelo Conselho Nacional de Educação - CNE e pelas Comissões de Educação da Câmara dos Deputados de Educação, Cultural e Esportes do Senado Federal e no município pelo Conselho Municipal de Educação;



Estratégia 20.8: Caberá à União, na forma da lei, a complementação de recursos financeiros a todos os Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não conseguirem atingir o valor do CAQi e, posteriormente, do CAQ;

Estratégia 20.9: Atender a Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na educação básica, na rede de ensino, aferida pelo processo de metas de qualidade aferidas por institutos oficiais de avaliação educacionais. -

Estratégia 20.10: Definir os critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão da rede municipal de ensino.

AÇÕES REALIZADAS

- ✓ Colaboração entre os entes Federados assegurando fontes de financiamento, além de que o FUNDEB tornou-se permanente;
- ✓ Garantia fontes de financiamento permanentes e sustentáveis para todos os níveis, etapas e modalidades da educação básica, observando-se as políticas de colaboração entre os entes federados, em especial as decorrentes do art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias e do parágrafo 1 ° do art. 75 da Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que tratam da capacidade de atendimento e do esforço fiscal de cada ente federado, com vistas a atender suas demandas educacionais à luz do padrão de qualidade nacional;
- ✓ Ampliação os mecanismos de acompanhamento da arrecadação da contribuição social do salário-educação;
- ✓ Garantia do desenvolvimento do ensino, em acréscimo aos recursos vinculados nos termos do art. 212 da Constituição Federal, na forma da lei específica, a parcela da participação no resultado ou da compensação financeira pela exploração de petróleo e gás natural e outros recursos com a finalidade de cumprimento da meta prevista no inciso VI do caput do art. 214 da Constituição Federal;

- ✓ Utilização dos recursos públicos aplicados, a fim de fortalecer dos mecanismos e os instrumentos que assegurem, nos termos do parágrafo único do art. 48 da Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000, a transparência e o controle social aplicados em educação, especialmente a realização de audiências públicas a criação de portais eletrônicos de transparência e a capacitação dos membros de conselhos de acompanhamento e controle social do Fundeb, com a colaboração entre o Ministério da Educação, Secretarias de Municipal de Educação e o Tribunal de contas;
- ✓ Definição do prazo de 02 (dois) anos de vigência deste PME, a implantação do Custo Aluno-Qualidade inicial - CAQi, referenciado no conjunto de padrões mínimos estabelecidos na legislação educacional e cujo financiamento será calculado com base nos respectivos insumos indispensáveis ao processo de ensino-aprendizagem e será progressivamente reajustado até a implementação plena do Custo Aluno Qualidade - CAQ;
- ✓ Implementação Custo Aluno Qualidade - CAQ como parâmetro para o financiamento da educação de todas as etapas e modalidades da educação básica, a partir do cálculo e do acompanhamento regular dos indicadores de gastos educacionais com investimentos em qualificação e remuneração do pessoal docente e dos demais profissionais da educação pública, em aquisição, manutenção, construção e conservação de instalações e equipamentos necessários ao ensino e em aquisição de material didático-escolar, alimentação e transporte escolar;
- ✓ Definição do prazo do CAQ sendo definido no prazo de 03 (três) anos e será continuamente ajustado, com base em metodologia formulada pelo Ministério da Educação - MEC, e acompanhado pelo Fórum Nacional de Educação - FNE, pelo Conselho Nacional de Educação - CNE e pelas Comissões de Educação da Câmara dos Deputados de Educação, Cultura e Esportes do Senado Federal no município pelo Conselho Municipal de Educação;
- ✓ Caberá à União, na forma da lei, a complementação de recursos financeiros a todos os Estados, ao Distrito Federal e aos Municípios que não conseguirem atingir o valor do CAQi e, posteriormente, do CAQ;

- ✓ Atendimento da Lei de Responsabilidade Educacional, assegurando padrão de qualidade na educação básica, na rede de ensino, aferida pelo processo de metas de qualidade aferidas por institutos oficiais de avaliação educacionais.
- ✓ Definição os critérios para distribuição dos recursos adicionais dirigidos à educação ao longo do decênio, que considerem a equalização das oportunidades educacionais, a vulnerabilidade socioeconômica e o compromisso técnico e de gestão da rede municipal de ensino;
- ✓ Atualização do portal da transparência municipal, além das audiências públicas que são realizadas para dar transparência à utilização dos recursos públicos da educação. Além de que os conselhos municipais participam de diversas formações e encontros, com o objetivo de aprendizado e aprimoramento.

São Lourenço da Mata, 05 de janeiro de 2024.

MILENA BARBOSA DOS SANTOS

Diretora de Projetos, Programas e
Convênios – matrícula 875877

ANA PAULA DE SANTANA SILVA

Diretora de Acompanhamento e Avaliação
Educacional – matrícula 000575

EDVANIA CRISTINA DA SILVA MOURA

Coordenadora Pedagógica da EJA –
matrícula 876269

ANDERSON DA SILVA GUSMÃO

Chefe da Divisão de Apoio ao Sistema de
Avaliação Municipal – matrícula 875855

SANDRA HELENA PORTELA DE
ALBUQUERQUE MARANHÃO

Diretora de Apoio Social e Educacional –
matrícula 875869

LILIANE CAVALCANTI DA SILVA SANTOS

Chefe de Educação Infantil
– matrícula 000973

ELBA SILVA DE FARIAS

Chefe do Ensino Fundamental II – Anos
Finais – matrícula 001090

TELMA CRISTINA DA SILVA

Chefe de Coordenação Pedagógica
– matrícula 876246